

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

-----Aos onze dias do mês de Setembro do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, João Manuel Carvalho Hipólito, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, Amílcar António Santos e José Vítor Ribeiro Silva. -----
-----Secretariaram a reunião a Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. ---
-----Pelas 16.20 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO

- 1705. SPORT CLUBE ESCOLAR BOMBARRALENSE:** Presentes cinco elementos da direcção do Sport Clube Escolar Bombarralense referiram que vêm hoje a reunião de Câmara por causa de uma preocupação com que a colectividade se confronta para a próxima época futebolística. Se a equipa sénior permanecer na III Divisão Nacional na próxima temporada obrigatoriamente terá de jogar em campo relvado. Mas mesmo que não fique a existência desse campo relvado é fundamental, para já não se falar na importância do Euro 2004. O S.C.E.B. movimenta centenas de atletas que só têm um campo para se treinarem. Vêm com premência pedir urgência na resolução deste problema. Na III Divisão Nacional todos os clubes têm campos relvados com excepção do S.C.E.B. e do Caranguejeira. Consideraram que é um desafio que é importante o S.C.E.B. e a Câmara Municipal de Bombarral assumirem.-----
-----O senhor vereador Luis Duarte considerou que uma questão é resolver o problema do S.C.E.B. e outra questão é a política de desenvolvimento desportivo do concelho. Nesse sentido a Câmara Municipal tem apontado um terreno em P.D.M., mas é necessário saber se aquele espaço corresponde ao investimento e parece que se começa a chegar à conclusão que não. O ideal era ir para outro espaço que dê resposta a esta perspectiva, mas que exige um Plano de Pormenor. -----
-----O senhor presidente da Câmara disse pensar que se deve reflectir neste elemento nos dois vectores possíveis. Apesar de terem o levantamento do local para onde estava destinado o campo de jogos, a Câmara Municipal não devia fazer marcha atrás na obtenção daquele espaço, pois as próprias escolas estando próximas necessitam de campos de jogos e esta foi a compatibilidade de uso negociada com o Ministério do Ambiente aquando da aprovação do P.D.M.. Tendo em conta um projecto de outra dimensão poderia procurar visionar-se outro espaço. Espaços com uma dimensão razoável não abundam no Bombarral.-----
-----O senhor vereador José Vítor Silva considerou que “é notório que o mais importante a falar num complexo desportivo do Bombarral. Pelas palavras do senhor presidente da Câmara nota-se que mais uma vez vai haver dificuldade de chegar a consenso. O espaço que está em P.D.M. é manifestamente diminuto mais uma vez a reacção do senhor presidente é reactiva. O interesse neste momento é o concelho arranjar um espaço em que se possa instalar o estádio municipal que permuta criar uma zona desportiva de qualidade vocacionada para o lazer e turismo. Para terminar faço a seguinte pergunta: Como é que o presidente da Câmara resolve o problema da

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

Granja quando não o fez em seis anos? “-----

-----O senhor vereador Amílcar Santos declarou que “partilho das preocupações dos dirigentes do S.C.E.B. e encontro-me motivado a partir de hoje, porque até aqui estivemos a aguardar as negociações que o presidente da Câmara tinha iniciado junto da família Matos Silva. A partir de hoje a Câmara Municipal sente-se na obrigação de diligenciar na medida do possível resolver um problema que diz respeito a todos os bombarralenses porque também no desporto já fomos ultrapassados. É preciso distinguir as responsabilidades do presidente da Câmara das responsabilidades dos vereadores. Tudo farei para que em determinado local do Falcão se encontre área para fazer algo idêntico ao que se fez em Óbidos. Isto ocorre porque já no anterior mandato ouvia dizer que era necessário resolver problemas com a família Matos Silva e quem esteve sempre nessas negociações foi o presidente da Câmara. Há que apurar as culpas. O que está mal e muito mal é que quem nos conduziu a esta situação não ter solucionado o problema. O importante era ter resolvido o problema há vários anos e isso não aconteceu por culpa do presidente da Câmara. Isto tem que ficar muito bem esclarecido. Se isto continuar pendente nas mãos do presidente da Câmara vai continuar na mesma.”-----

-----Os representantes do S.C.E.B. informaram que se for opinião unânime do executivo optar pela solução do Falcão, a colectividade disponibilizará à autarquia um arquitecto para em conjunto com os serviços técnicos da Câmara Municipal estudar o projecto. O objectivo é na primeira fase fazer a terraplanagem de dois campos, estado eléctrico e balneários de modo a que em finais de Março se inicie a plantação da relva.

-----O senhor vereador João Hipólito disse que se tem de começar a trabalhar amanhã porque é necessário aprovar um plano de pormenor e isso vai levar tempo. Perguntou se não será necessário consultar um técnico em complexos desportivos.---

-----O senhor presidente da Câmara disse que como o terreno que parece há partida reunir melhores condições é em frente do kartódromo e como está prevista uma reunião na C.C.R.L.V.T. na última semana de Setembro no âmbito da alteração de âmbito limitado ao P.D.M., sugeria que as coisas fossem feitas de modo a que nessa reunião se pudesse abordar esta questão. -----

-----O senhor vereador Manuel Quintino disse que “há um facto marcante que é a ausência de planeamento do presidente da Câmara. Desde Fevereiro que sistematicamente o assunto tem sido abordado e temos sido enganados sobre o processo de negociação com a família Matos Silva. Desloquei-me ao Falcão e pessoalmente não concordo que o estádio fique em frente do kartódromo, mas acho que neste momento tem que se jogar com a pressa em resolver a situação e tentar que haja alguma qualidade na escolha. Penso que a Câmara Municipal deve apresentar num prazo de 8 ou 15 dias um cronograma de compromissos ao S.C.E.B..”

-----Foi marcada uma reunião extraordinária para dia 13.09.2000, pelas 09.00 horas para analisar a situação.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1680. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:	Do dia 2000.09.11:-----
Caixa Geral de Depósitos.....	46.503.760\$00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral...	1.335.043\$50
Banco Totta & Açores.....	801.191\$00

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

Banco Português do Atlântico.....	2.300.562\$50
Crédito Predial Português.....	1.837.261\$00
Banco Comercial Português.....	1.909.751\$50
Banco Pinto & Sottomayor.....	722.622\$00
Banco Nacional de Crédito Imobiliário.....	35.181.899\$00
Depositado em instituições de Crédito.....	90.506.167\$50
Em cofre.....	
.....Numerário.....	42.244\$50
.....Cheques.....	47.167\$00
Total de disponibilidades.....	90.595.579\$00
Documentos.....	3.486.990\$50
Total.....	94.082.569\$50
Operações Orçamentais.....	5.487.268\$50
Operações de Tesouraria.....	85.108.310\$50

1681. **PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.09.04 e 2000.09.08 no montante de 6.078.197\$00. -----
1682. **ACTA N.º 41/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por unanimidade aprovar a acta número 41/2000 da reunião ordinária de 04.09.2000. -----
INFORMAÇÕES: Pelas 17.15 horas deu-se inicio ao período de informações. -----
DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:-----
1683. **REDE DE ESGOTOS DAS GAMELAS:** Informou o executivo de que a empresa a quem foi adjudicada esta empreitada lhe referiu que na segunda quinzena de Setembro reiniciará os trabalhos. -----
1684. **E.T.A. DO PÓ:** Informou o executivo de que no passado dia 07 decorreu uma vistoria do P.T. da E.T.A. do Pó com a presença de representantes da CENEL e SITEL. Pelos representantes da empresa SITEL foi referido que continuam à espera que lhes seja comunicado a aceitação dos preços que sugeriram e de um conjunto de questões à volta desta empreitada, O Chefe da D.T.O.U. deve elaborar informação sobre a situação quer do equipamento do furo quer do ponto de situação da paragem da obra, bem como fotocopiar todas as informações elaboradas sobre a matéria. -----
1685. **CRIAÇÃO DE EMPRESA INTER-MUNICIPAL:** Deu conhecimento ao executivo de um fax da Associação de Municípios do Oeste relativo à dissolução e liquidação da PICMAO e criação de uma empresa inter-municipal. -----
1686. **PROCEDIMENTOS DE CONSULTA PARA ADJUDICAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO CONCELHO DE BOMBARRAL:** Distribuiu cópia do documento em epígrafe, para recolha de sugestões e contributos dos senhores vereadores. -----
1687. **REQUALIFICAÇÃO URBANA:** Informou o executivo de que contactou a firma CEDRU para apresentação de um layout para a requalificação urbana da vila indo reunir com a empresa no próximo dia 15.09.2000 pelas 10.00 horas. -----
1688. **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL:** Relativamente ao pedido de informação do senhor vereador João Hipólito informou que apenas foi nomeado no

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

âmbito do Serviço Municipal de Protecção Civil o respectivo delegado Francisco Maximino.-----

DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:-----

1689. **CENTRO DE SAÚDE DE BOMBARRAL:** “Apresento a minha estranheza porque como veio na comunicação social local, é intenção da Administração Regional de Saúde encerrar um dos poucos serviços a que os bombarralenses ainda têm acesso na área da saúde e que entrará em vigor a partir da entrada em funcionamento do novo centro de saúde. Nessa medida pretendo apresentar extra ordem do dia uma moção relativa a esta matéria. Como bombarralense não posso aceitar que venhamos a perder um bem de que já usufruímos há quatro décadas.”-----
1690. **CONDUTA ADUTORA PÓ / BOMBARRAL:** “Informo que a ligação da conduta adutora Pó / Bombarral à zona da Fonte Velha já está concretizada.”-----
1691. **FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:** “Sensibilizo o senhor presidente da Câmara para a necessidade urgente de preenchimento do lugar existente no quadro de pessoal para fiscalização de obras municipais.”-----
-----O senhor vereador José Vítor Silva subscreveu esta preocupação. -----
-----O senhor presidente da Câmara disse que vai solicitar à secção de pessoal para elaborar uma informação com a história do processo de tentativa de preenchimento do referido lugar. -----
- DO SENHOR VEREADOR JOÃO HIPÓLITO:**-----
1692. **PEDIDOS DE INFORMAÇÃO:** Chamou a atenção de que não lhe foram entregues os documentos que solicitou na passada reunião. -----
1693. **SOCOMBO:** Solicitou informação sobre o que foi feito em relação à questão levantada na passada reunião de Câmara pelo senhor Luis Duarte Lopes. -----
1694. **DEPÓSITO DE GÁS DO HOTEL:** Solicitou informação sobre o que foi feito em relação à situação do depósito de gás do Hotel Comendador. -----
1695. **E.T.A. DO PÓ:** Em face das últimas explicações do senhor presidente da Câmara, propôs que fosse marcada uma reunião com a empresa adjudicatária da E.T.A. do Pó e com a presença do senhor Chefe da D.T.O.U..-----
1696. **CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO:** Solicitou que o senhor Chefe da D.T.O.U. passe a estar presente nas reuniões de Câmara como já havia sido deliberado pelo executivo. -----
1697. **CREDORES:** Solicitou informação de quantos processos relativamente a dívidas da autarquia existem actualmente em tribunal, tendo-lhe sido respondido que presente não é do conhecimento da autarquia a existência de qualquer processo em tribunal sobre esta matéria. -----
1698. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** Solicitou que lhe seja enviada cópia da listagem da correspondência recebida. -----
- DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:**-----
1699. **FISCALIZAÇÃO:** “Subscreveu as palavras do senhor vereador Luis Duarte relativamente à não existência de fiscalização de obras municipais e novamente sensibilizou o senhor presidente da Câmara para a necessidade urgente de haver fiscalização efectiva de obras particulares e não a pedido. -----
1700. **ESGOTOS DO CASALINHO:** “Ainda não recebi a informação solicitada sobre a empreitada de esgotos do Casalinho.”-----

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

1701. **AZENHA NA COLUMBEIRA:** “Queria que o senhor presidente mandasse a fiscalização municipal verificar o restauro de uma azenha na Columbeira para ver se está a ser cumprido o projecto.”-----
1702. **CASAL FIALHO:** “Queria saber se o senhor presidente da Câmara já fez algumas diligências em relação a obras ilegais que estão a ser executadas nas antigas termas em frente do Casal Fialho.”-----
1703. **PROPAGANDA A LOTEAMENTO NO SOBRAL PARELHÃO:** “Continua-se a fazer propaganda de um loteamento não aprovado por esta Câmara Municipal e o presidente da Câmara não faz nada.”-----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que no passado dia 05 de Setembro pediu ao fiscal Luis Alexandrino para notificar o empreendedor para retirar o placard.-----
1704. **PASSADEIRAS DE PEÕES:** Solicitou a colocação de tinta com relevo nas passadeiras de peões. -----
1705. **LOMBAS:** Chamou a atenção para o estado em que se encontram as lombas existente na Rua Bispo D. Ximenes Belo e Dr. Ramos Horta e para a inexistência de lombas em frente das escolas existentes no concelho. -----
1706. **LAGO DO AUDITÓRIO MUNICIPAL:** Lamentou a morte dos peixes existentes no lago do auditório municipal considerando que os mesmos poderiam ter sido retirados e transferidos para o lago do parque D. Carlos I, em Caldas da Rainha, evitando um morticínio desnecessário.-----
1707. **FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** “Continuamos à espera das respostas do senhor vereador João Carlos Duarte às questões colocadas há mais de um mês.”-----
1708. **PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA VERÍSSIMO DUARTE:** Solicitou esclarecimentos sobre os motivos que levaram a que o parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte tivesse permanecido vedado nos 15 dias seguintes à Feira Nacional da Pêra Rocha. -----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que a rede não foi deslocada logo a seguir ao final do referido certame tendo em conta o plano de trabalhos e o pessoal disponível. -----
1709. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** Solicitou que lhe seja enviada cópia da listagem da correspondência recebida. -----
DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----
1710. **SOCOMBO:** “Tendo o senhor presidente da Câmara afirmado na última reunião que os trabalhos a mais para além dos 50% resultaram de deliberação da Câmara Municipal, porque não está isso exarado em acta?”-----
1711. **DOCUMENTOS PEDIDOS:** “Há vários meses que aguardo o acesso aos documentos enviados à firma Vão Arquitectos, bem como a listagem do III Quadro Comunitário de Apoio.”-----
1712. **TRIBUNA OESTE:** “Sobre uma factura que hoje me foi entregue do jornal Tribuna Oeste relativa a uma página de publicidade à Feira Nacional da Pêra Rocha, pergunto: 1. a Câmara Municipal pode divulgar eventos que não lhe dizem respeito? 2. a Câmara Municipal pode fazer o pagamento desta factura? 3. porquê no Tribuna Oeste e não nos jornais locais?”-----
1713. **OBRA NO SALGUEIRO:** “Pedia informação à fiscalização municipal através do

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

senhor chefe da D.T.O.U. sobre a obra que o senhor José João Ferreira está a executar no Salgueiro.”-----

1714. **COLUMBEIRA:** Chamou a atenção de que nem uma peça de mármore foi retirada pelos responsáveis pela fábrica de mármore da Columbeira e a plantação da zona verde de protecção está a zero. Pergunta ao presidente da Câmara porque é que isto se continua a passar assim.”-----

1715. **GRUTAS DA COLUMBEIRA:** “Relativamente às grutas, sinalizadas com placas de bom nível, o caminho está pejado de dejectos humanos, existe um buraco ou poço sem qualquer protecção, as grutas estão arrombadas e o desleixo é completo.”-----

1716. **ESTRADA DE LIGAÇÃO DO SOBRAL DO PARELHÃO / FREGUESIA DE ROLIÇA:** “Relativamente à reposição do caminho de ligação do Sobral do Parelhão / freguesia de Roliça, e dado não ter sido feito o esclarecimento complementar à carta da ICOR que diz que a supressão da passagem superior era do conhecimento do senhor presidente da Câmara, peço que seja marcada uma reunião com responsáveis da ICOR.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “sendo certo que as questões que se podem colocar são as que estão no regimento, mas também pode solicitar ao presidente da Câmara a marcação de uma reunião. Vou procurar solicitar a reunião mas a informação acerca deste assunto pronunciei-a oportunamente após reunião com o I:E.P..”-----

DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:-----

1717. **DESPESAS COM ADVOGADOS:** “Reitero o pedido de informação sobre as despesas com um afirma de advogados de Lisboa, solicitada há mais de três meses.”-----

1718. **SERAFIM & FILHOS, LDA:** “Reitero o pedido de cópia do conta correntes com a firma Serafim & Filhos, Lda, solicitada há mais de três meses.”-----

1719. **TRIBUNAL:** “Pergunto porque não foi ainda hoje presente a informação sobre a implantação do futuro tribunal, solicitada há mais de três meses.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que já tem o parecer de um dos arquitectos municipais, faltando o parecer do outro arquitecto que apenas hoje regressou de férias.-----

1720. **ESTRADA NACIONAL 8-4:** “Qual o actual estado da empreitada de reparação da E.N. 8-4 que há largos meses a Câmara Municipal aprovou.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que já informou que o processo foi remetido à Direcção de Estradas de Leiria a quem compete lançar a empreitada.-----

1721. **OBRAS:** “Pergunto se nos termos da lei e de acordo com o regime geral das empreitadas de obras públicas ainda é possível que empresas que não iniciaram os trabalhos há mais de um ano as possam agora iniciar. Casos das redes de esgotos das Gamelas e reservatórios dos Barçais.”-----

1722. **CONCURSOS:** “Qual o actual estado administrativo dos processos do centro empresarial de Bombarral, da área de actividades económicas do Falcão e do parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente ao centro empresarial informei oportunamente acerca do procedimento pelo que nos termos do que foi deliberado pela Câmara deu-se o respectivo seguimento. No que toca ao Falcão e tal como também informei, para aproveitamento o mais possível do espaço

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

mais plano, foram feitas diligências para obter a correcção da estrada de acesso à zona industrial que está a ser levada a cabo pelo G.A.T..”-----

- 1723. CARVALHAL:** “Qual o actual estado da deliberação de Câmara tomada após visita do executivo a um loteamento no lugar e freguesia de Carvalhal onde os passeios foram feitos em cima do domínio público junto há torre e capela da localidade.”-----

- 1724. E.T.A. DO PÓ:** “Pergunto se a subtileza que utilizou, astúcia a meu ver, evocando a sua ida à vistoria do P.T., imagine-se!, da E.T.A. do Pó, tendo-lhe proporcionado a si informar o executivo de uma data de procedimentos administrativos que não foram cumpridos cujo incumprimento o senhor imputou à Câmara Municipal, como se não fizesse parte deste órgão ou até não ocupasse o lugar de presidente. Pergunto então se acha bem ter proferido nos termos que se encontram exarados em termos exagerados denunciando o incumprimento da Câmara Municipal na oficialização administrativa aquela empresa. Pergunto se não é da sua responsabilidade preservar e defender os interesses económicos desta Câmara Municipal perante as empresas às quais a mesma adjudica obras. Pergunto porquê a utilização daquelas informações que nos prestou, sabendo de antemão que desde Fevereiro deste ano o executivo nomeadamente eu, o temos abordado sobre o processo legal de contratualização daquela empreitada. Pergunto mais uma vez se é ou não verdade se todos somos obrigados por virtude das suas declarações a concluir de que existe um favorecimento pessoal da sua pessoa aquela empresa. Por último devo referir que foi aqui hoje informado o executivo de que a conduta efectuada pelos serviços municipais se encontra concluída na sua ligação aos depósitos da Fonte Velha. Pergunto se a E.T.A. não deveria estar já a funcionar para o normal abastecimento público do concelho. Quem terá de responder por essa responsabilidade? E quem assume os elevados prejuízos financeiros causados pelo incumprimento à Câmara Municipal, assim como os danos no abastecimento público?”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “pela forma como vem abordando a questão da E.T.A. chego à conclusão que o seu procedimento em relação a esta obra é o comportamento que tem relativamente ao presidente da Câmara. Não é uma questão técnica mas se calhar psicológica. Na última reunião tive oportunidade de referir os elementos históricos sobre a E.T.A. do Pó. Relativamente a esta empreitada o meu procedimento está ligado ao agarrar da obra e o seu ficará conotado com a questão do percurso. O seu objectivo foi procurar retardar a conclusão da obra, por isso quem será o responsável pelo tardio da entrada em funcionamento só após análise dos procedimentos se chegará a essa conclusão. Quanto às informações que trouxe a reunião de Câmara sobre patamares em falta são os que procurei obter através da responsabilidade técnica da empresa.”-----

DO SENHOR VEREADOR JOÃO CARLOS DUARTE:-----

- 1725. CONTRA ORDENAÇÕES:** Questionou os serviços municipais sobre quantos autos de contra ordenação foram levantados pela fiscalização municipal desde 1980.-----

-----Pelos serviços municipais foi o executivo informado que desde Outubro de 1982, com excepção de situações pontuais de autos levantados pela G.N.R. relativos à falta de cartões de vendedor ambulante ou lavagem de viaturas na via pública, apenas foi levantado um auto de notícias de contra-ordenação à firma SODIBOMBARRAL por incumprimento do horário de funcionamento.-----

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

1726. **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA:** Questionou os serviços municipais sobre a legalidade do período após a ordem do dia porque contactou outras Câmaras Municipais e em nenhuma existe tal período.-----
-----Irá ser solicitado parecer sobre esta matéria à C.C.R.L.V.T..-----
1727. **LINHA DO OESTE:** “Manifesto a minha preocupação em relação ao desinvestimento do governo na linha do Oeste e na respectiva manutenção. Lamento o encerramento nos últimos anos de 15 apeadeiros e estações. Está a ser passada uma certidão de óbito à linha do Oeste. Questiono o senhor presidente da Câmara sobre que medidas é que a A.M.O. já tomou sobre esta matéria.”-----
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que a A.M.O. solicitou uma reunião com responsáveis da REFER que ainda não foi marcada.-----
1728. **CENTRO DE SAÚDE:** “Relativamente à notícia saída na comunicação social sobre o encerramento do serviço de urgências no hospital de Bombarral, lamento e acho incompreensível a decisão tomada pela Administração Regional de Saúde. O presidente da Câmara deveria solicitar uma reunião com o presidente da A.R.S. porque tenho conhecimento que outros centros de saúde construídos recentemente têm S.A.P.. Acho que é um direito das populações que deveria continuar a existir.”----
1729. **ESTRADA NACIONAL 8-4:** “Sobre a reparação da E.N. 8-4, que é da responsabilidade da administração central, queria saber se aquele projecto que aprovamos com condicionantes está a atrasar o processo.”-----
INFORMAÇÕES: Pelas 20.40 horas foi encerrado o período de informações. -----

ORDEM DO DIA

1730. **OBRAS PARTICULARES:**-----
- 1730.01 **PROJECTO DE ESTABILIDADE E CONTENÇÃO PERIFÉRICA – INICIO DE ESCAVAÇÕES:** Apreciado o processo n.º 122/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Antonino Costa Perdigão, datado de 2000.08.07, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de estabilidade e contenção periférica e autorizar o inicio de escavações em prédio sito no gaveto da Rua Almirante Reis e Rua António Pereira Bernardino, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 1730.02 **AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 63/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma LOURICASA – Sociedade de Construção Civil, Lda, datado de 2000.09.05, foi deliberado por unanimidade averbar em seu nome o processo supra referido respeitante à construção de moradia bifamiliar sita no lote 20 da Urbanização Várzea da Pedra, Cintrão, que se encontrava em nome de Manuel Pinheiro Santos.-----
- 1730.03 **CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 135/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António Rodrigues Gomes, datado de 2000.07.03, foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador Amílcar Santos reprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lote 20 da Várzea da Pedra, lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral, com fundamento no parecer constante da folha 30 do processo. -----
- 1730.04 **CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 65/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Jaime Filipe Barros dos Santos e outra, datado de 2000.008.28, a solicitar licença para construção

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

de moradia unifamiliar sita no lugar do Barrocalvo, freguesia de Carvalhal, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----

1730.05 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO: Apreciado o processo n.º 133/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José da Silva Correia Lopes, datado de 2000.08.30, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar e muro sitos no lote 2 de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----

1730.06 CONSTRUÇÃO DE POMBAL – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO: Apreciado o processo n.º 110/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria dos Anjos Amaro Correia, datado de 2000.09.06, a solicitar licença de construção de pombal no lugar das Barreiras, freguesia de Bombarral e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 5 meses.-----

1730.07 INSCRIÇÃO DE TÉCNICO: Apreciado o processo n.º 884/2000/51, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Gustavo Filipe Mil-Homens Pessa, datado de 2000.09.04, foi deliberado por unanimidade aceitar a sua inscrição como técnico para assinar projectos e dirigir obras na área do concelho de Bombarral. -----

1730.08 APROVAÇÃO EM MINUTA: As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

1731. CONSULTA PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO: Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «No ponto IV do Plano de Actividades aprovado para o corrente ano prevê-se que a autarquia possa recorrer a um empréstimo para financiar os investimentos ali descritos, nomeadamente o Parque de Campismo e Miradouro do Picoto; Estação de Tratamento de Água; obras de adaptação do edifício dos Paços do Município e aquisição dos equipamentos previstos no âmbito do projecto de modernização administrativa e os investimentos cobertos pelo III Quadro Comunitário de Apoio, designadamente: Infra-estruturas da Área de Actividades Económicas (Pólo II); Variante à Zona Desportiva; Rede de esgotos das Gamelas e Delgada; Reforço do abastecimento de água à vila do Bombarral, construção dos novos reservatórios e reformulação da rede; Construção de escolas pré-primárias para substituição das actuais instalações. Considerando que das obras previstas em Plano de Actividades, nomeadamente as apoiadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio encontram-se adjudicadas a rede de esgotos das Gamelas e os novos depósitos dos Baraçais, e a Variante à zona desportiva em cuja artéria estão em construção o lar da terceira idade e o novo centro de saúde, cujas obras estarão prontas até ao fim do ano sendo da nossa responsabilidade não só o arruamento como todas as infra-estruturas (luz, água e esgotos). Porque foi já oportunamente comunicada ao gestor do programa (CCRLVT) a previsão da despesa para o ano de 2000 (conforme ofício n.º 201/O.M. de 13 de Julho, p.p., em anexo (doc. 1) julgando útil para a análise anexo cronograma dos projectos já candidatados do III Q.C.A. (doc. 2). Considerando ainda que a situação financeira da Câmara, conforme nota anexa (doc. 2) demonstra que o endividamento em 31 de Julho era de cerca de 937.304 contos, e que as despesas de capital se elevavam a 318.150 contos enquanto que a receita foi de 201.182 contos, o

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

que demonstra a correcção da gestão, pois estávamos a aplicar em despesas de capital (investimento) receitas correntes. Finalmente e com vista à cabal informação explico o seguinte: Débito a instituições financeiras em 31.12.1993 ----- - 268.801.271\$00; Empréstimos contraídos desde 1994 - 473.399.000\$00; Montante pago desde 1994- 300.782.814\$00; Importância em débito actualmente ----- - 541.503.532\$00; Investimentos feitos em 1994 / 2000 (Julho) - 2.958.444.000\$00 (quase três milhões de contos). Considerando essenciais e indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes a concretização das obras previstas no plano de actividades aprovado e referenciadas nos documentos em anexo. Proponho: Que a Câmara Municipal inicie o processo de consultas às instituições bancárias para apresentação de propostas para que, nos termos do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a C.M.B. proponha à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo de médio / longo prazo no montante de 145.000 contos.» -----

-----Foi deliberado por maioria reprovar a proposta supra transcrita com os votos a favor do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte e os votos contra dos senhores vereadores João Hipólito, Manuel Quintino, Amílcar Santos e José Vítor Silva. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor presidente da Câmara declarou que: “como evidenciei ao longo da discussão a Câmara Municipal tem em seu poder os elementos para avaliar e tendo por base o cumprimento do plano de actividades aprovado, face às obras concretas desde a rede viária variante de ligação da E.N. 8 à 247-1 – Caniceira, acesso à área de desenvolvimento do Falcão e ligação do Vale Covo a Azambujeira dos Carros e desta aos Baraças, ao reforço do abastecimento de água e saneamento básico – rede de esgotos das Gamelas e Delgada. Em concreto quanto estas obras contribuirão quer para o desenvolvimento do concelho quer para o nível da qualidade de vida das populações, não deixa de ser preocupante o facto de por objectivos meramente políticos e que têm por objectivo a não consolidação da melhoria da qualidade de vida das populações e com o objectivo de preencher os equipamentos que a sociedade bombarralense estava carente. É preocupante o facto do retardamento que esta decisão provoca e ao referir retardamento cabe lembrar que questões há como tive oportunidade de referir no que toca ao novo centro de saúde que a Câmara Municipal assumiu da sua responsabilidade para além de ter dado o terreno e o projecto mas também executar as infra-estruturas no respectivo arruamento. Tive oportunidade de informar que as obras do centro de saúde em termos de cronograma de execução está previsto seu término no fim do ano e porque o equipamento está previsto fazer-se no primeiro semestre, a responsabilidade da não existência do arruamento não vai passar a ser do presidente da Câmara mas sim de todo o executivo. Da mesma forma os investimentos que estão a ser feitos com a construção do novo lar da terceira idade acabarão por não ter a tempo e horas a conveniente infra-estrutura viária. Refiro ainda que a própria rede de saneamento da Delgada e das Gamelas deverão sofrer o respectivo atraso para também finalmente colocar na responsabilidade do executivo o atraso que inevitavelmente vai trazer nas restantes obras participadas, temendo mas enfeitando toda a responsabilidade da perda de investimentos que esta decisão possa provocar uma vez que todo o

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

executivo está informado que os investimentos do III Quadro Comunitário de Apoio ao contrário do II Quadro Comunitário de Apoio não deslizam para anos seguintes, tendo pois de ser cumpridos os calendários de desenvolvimento.” -----

-----Os senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte subscreveram esta declaração de voto. -----

- 1732. PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL:** Presente proposta de alteração ao protocolo celebrado com as escolas E.B. 2,3 de Fernão do Pó e Secundária de Bombarral, para utilização do Pavilhão Desportivo Municipal com a seguinte alteração aos pontos 3.1.1 e 3.3 e a inclusão do ponto 4.7: - «3.1.1 – ceder uma arrecadação apropriada para cada uma das escolas de forma a estas guardarem aí os seus materiais;» «3.3 – solicitar a concordância de ambas as escolas, sempre que pretender ocupar o Pavilhão Municipal em tempo lectivo (2.ª a 6.ª das 08.30 às 18.30 horas);» «4.7 – A enviar ao primeiro outorgante até ao dia 30 do mês de Setembro, de cada ano lectivo, o calendário de ocupação do Pavilhão Municipal.» -----
- Foi adiada a apreciação deste assunto para uma próxima reunião. -----
- 1733. MÁQUINAS ELÉCTRICAS DE DIVERSÃO:** Apreciado o ofício n.º 3650 de 2000.09.04 do Governo Civil de Leiria foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Vítor Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo emitir parecer favorável nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 2/87, de 8 de Janeiro, para a renovação da licença de funcionamento da máquina eléctrica de diversão n.º 790/99, no café de João Manuel Teodoro Sousa, sito na Av. Dr. Joaquim de Albuquerque, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 1734. LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA:** Apreciada a informação n.º 70/O.M./2000, foi deliberado por unanimidade aprovar o licenciamento da ocupação da via pública apresentado pela firma CABOVISÃO, fixando uma caução no montante de 270.000\$00 (duzentos e setenta mil escudos).-----
- 1735. PROGRAMA INSERÇÃO / EMPREGO:** Presente a informação n.º GTAS/08.09.00, com vista à adesão ao programa Inserção / Emprego, foi adiada a sua apreciação para a próxima reunião.-----
- 1736. PLANO DE ALINHAMENTO PARA A RUA DA MATINHA NO CASAL DA MERCA:** Presente a informação n.º 71/O.M./2000, de 2000.09.05, com a proposta de plano de alinhamento para a Rua da Matinha no Casal da Merca, freguesia de Roliça, foi adiada a sua apreciação para a próxima reunião.-----
- 1737. RAID FIGUEIRA DA FOZ – LISBOA 2000:** Apreciado o ofício n.º 1243/2000, de 2000.08.23 do Clube Português de Automóveis Antigos foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor vereador Amílcar Santos e o voto favorável dos restantes membros do executivo preparar uma recepção aos participantes no evento em epígrafe.-----
- 1738. PROTOCOLO:** Foi deliberado por unanimidade aprovar a seguinte proposta do senhor vereador Luis Duarte para protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Bombarral e o Centro Recreativo Desportivo Columbeirense: «Entre a Câmara Municipal de Bombarral e o Centro Recreativo e Desportivo Columbeirense e nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Actividades das Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho de Bombarral, é celebrado o seguinte protocolo – 1.º - O Centro Recreativo e Desportivo

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

Columbeirense preparará e levará a cabo a apresentação do espectáculo “Talentos 2000”, bem como outras actividades culturais, em intercâmbio com outras associações do concelho. 2.º - O Centro Recreativo e Desportivo Columbeirense dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral da realização das actividades culturais no âmbito do intercâmbio com outras associações do concelho, utilizando para o efeito o impresso anexo ao presente protocolo. 3.º - A Câmara Municipal de Bombarral cederá os transportes para os artistas e apoio logístico considerados necessários à montagem do espectáculo. 4.º - A Câmara Municipal de Bombarral concederá um subsídio no montante de 60.000\$00 para aquisição de duas colunas de som necessárias à actividade proposta. 5.º - Em caso de incumprimento por parte da associação aplicar-se-á o disposto no artigo 20.º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Actividades das Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho de Bombarral. 6.º - O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2000.» -----

- 1739. AUXILIAR DOS SERVIÇOS GERAIS:** Por proposta do senhor vereador Luis Duarte, foi deliberado por unanimidade e em minuta abrir concurso pelo prazo de dez dias úteis com publicitação num órgão de imprensa local, para contratação a termo certo pelo prazo de seis meses de um auxiliar dos serviços gerais, escalão 2, índice 127 para exercer funções no jardim de infância n.º 1 de Bombarral. Júri – presidente o senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; vogais efectivos – a Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

-----A avaliação e selecção dos candidatos admitidos a concurso será efectuada através de uma prova escrita de conhecimentos subordinada ao seguinte programa: férias, faltas e licenças – Decreto-lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto e Decreto-lei n.º 70-A/2000, de 05 de Maio; princípios gerais em matéria de emprego, remunerações e gestão de pessoal da função pública - Decreto-lei n.º 184/89, de 02 de Junho e estatuto disciplinar – Decreto-lei n.º 24/84.-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- 1740. RECUPERAÇÃO DA AV. CASIMIRO SILVA MARQUES E RUA JÚLIO TORNELLI:** Foi tomado conhecimento da informação n.º 72/O.M./2000, de 2000.09.07, relativa ao assunto em epígrafe. -----
- 1741. PROTESTO RELATIVO A CONSTRUÇÃO DE BOMBA DE GASOLINA:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 711 de 2000.08.31 da Escola E.B. 2,3 Fernão do Pó, a manifestar o seu desagrado e discordância relativamente à possibilidade de construção de uma bomba de gasolina nas imediações do Intermarché, considerando contraproducente a existência de produtos facilmente inflamáveis e libertação de gases tóxicos na proximidade de escolas. -----
- 1742. FÁBRICA DE FOGOS DE ARTÍFICIO:** Foi tomado conhecimento da reclamação de um grupo de proprietários de terrenos que se consideram lesados devido á desvalorização dos prédios rústicos caso venham a ser implementados depósitos para matérias primas e produtos explosivos acabados da Fábrica de Fogos de Artífício de António R. Martins. -----

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

1743. FACTURA: Foi enviado ao vereador Manuel Quintino de fotocópia da factura 782 do jornal Tribuna Oeste solicitada em reunião de Câmara. -----

AUSÊNCIAS: Pelas 21.50 horas ausentaram-se da reunião os senhores vereadores João Hipólito e Manuel Quintino. -----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS: -----

1744. INTERVENÇÃO: “Empréstimo de 145 mil contos a longo prazo. Na anterior reunião o presidente retirou a proposta, argumentou para o efeito que as considerações colocadas pelo executivo lhe mereceram reflexão e que naquelas circunstâncias até realizaria uma reunião extraordinária para o efeito. Mas o que interessa é a análise daquilo a que o presidente se propõe para a contracção de mais um empréstimo depois de outros já autorizados por este executivo neste mandato, que ascendem a 190 mil contos, que provavelmente vão onerar os próximos mandatos nos sucessivos vinte anos. Trata-se efectivamente de uma matéria que pessoalmente considero delicada por duas ordens de razões. A primeira trata-se mais uma vez de uma fraude política ou então a responsabilidade autárquica do presidente e de quem o promove, tem sido patética nos comportamentos de gestão desta Câmara. Quantas vezes lhe foi recomendado ao longo deste mandato, para que fossem tomadas medidas efectivas de correcção e constante avaliação das despesas correntes, por forma a corrigir para o sentido descendente do endividamento da Câmara afim de por este meio libertar mais fluxo de dinheiro destinado às despesas de investimento, que no caso das obras agora enunciadas – esgotos das Gamelas e Delgada e reservatórios de água nos Baraçais, se enquadram nas despesas de investimentos cujos valores de participação de Câmara poderá rondar 60 ou 70 mil contos, malfadadamente nada foi feito naquele sentido, bem pelo contrário este presidente e seus promotores, optarão por criar mais despesa corrente, maior despesismo, sendo que em termos organizacionais esta Câmara encontra-se em um estado considerado pelos próprios funcionários como de uma autêntica bandalheira, como se isso não fosse suficiente para uma grande reflexão por parte daqueles que têm promovido este estado de coisas, temos assistido ao longo deste mandato ao desperdício de centenas de milhares de contos que se têm vindo a acumular engordando desta forma o endividamento municipal, que a meu ver vai comprometer os próximos mandatos. Não é aceitável nem coerente que o presidente, que neste mandato em dois anos e meio já recebeu cerca de três milhões de contos de receitas anuais desta Câmara, são cerca de um milhão e duzentos mil contos anuais. É uma irresponsabilidade pessoal e política, fazer depender a realização de determinadas obras que ascendem a pouco mais de 70 mil contos, de mais um empréstimo, já não é credível este tipo de argumentos, assim como também não é para mim credível, nem merecedor de confiança a sua gestão e contributo nos diversos investimentos a realizar pela Câmara é bom não esquecer que todos os anos são um milhão e duzentos mil contos, ou seja desde que foi eleito no anterior e actual mandato já se lá foram mais de seis milhões de contos, senhor presidente e senhores promotores, olhem bem nos olhos os bombarralenses porque com seis milhões de contos muito mas mesmo muito mais deveria ter sido feito, não olhem só para os respectivos umbigos, lembrem-se que foram os bombarralenses que de boa fé nos elegeram para este mandato, da minha parte e desde o início como foi o

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

único excluído daquilo a que se consideraria uma maioria, fico deveras extremamente agradecido quer ao presidente quer aos promotores, por daquela forma me terem considerado é com mais e todo o avontade que vos acuso de terem relegado para segundo plano os interesses desta Câmara Municipal, na qual afirmei que o então estado político da Câmara se encontrava comprometido por interesses pessoais instalados, hoje muitos dos que me criticaram por tão demolidora afirmação, vêm-me dar razão. É evidente que os protagonistas da farsa e da fraude política a que submeteram a Câmara e o concelho optaram pela estratégia de me acusarem de falta de solidariedade partidária, também por este facto lhes fico agradecido, porque ao longo da minha vida preservo e defendo valores, que nem a política me fará desviar, sendo que ao longo deste mandato já aprovei três orçamentos e 190 mil contos de empréstimos. Pode isto ser considerado falta de solidariedade?.” -----

-----**DEFESA DA HONRA:** O senhor presidente da Câmara declarou que: “a declaração do vereador Amilcar Santos acaba por me merecer os seguintes considerandos: do princípio ao fim os elementos que ilustra são perfeitas mentiras porquanto o senhor vereador tem em seu poder elementos que lhe revelam que de alguma forma a apertada gestão que se tem feito tem contribuído para que tenham sido deslocados investimentos de receitas correntes. Os investimentos feitos são superiores às receitas de capital o que desacredita as afirmações acabadas de fazer, visto ficar demonstrado que parte das receitas correntes foram transferidas para investimentos. Vou levar a que o senhor vereador seja responsabilizado pelas atoardas perpetradas na sua intervenção, isto porque foi o vereador Amilcar Santos que se auto-marginalizou e auto-excluiu da estratégia do P.S.D., sendo curioso verificar que tendo ele aprovado a criação de mais um vereador a tempo inteiro, é o próprio vereador Amilcar Santos que propõe a anulação desta deliberação. A primeira grande incoerência de procedimentos foi ao ponto de tendo aprovado um segundo vereador a tempo inteiro no pressuposto de que iria ser nomeado vereador a meio tempo e não tendo sido, por revanche e ao arrepio dos princípios de coerência estratégica, resolveu mudar de posição, o tempo há-de demonstrar e provar o porquê deste acontecimento. A sua auto-exclusão teve início quando em princípios de 1998 em reunião de trabalho no meu gabinete e perante testemunhas teve a reacção despropositada de pela primeira vez me provocar até aos limites e propósitos de agressão física correndo, da cadeira em que se sentava, e em direcção à minha secretária, isto porque declarei que os sectores das obras particulares e municipais, o património e o pessoal eram áreas que sendo da minha responsabilidade delas não abdicava, pois enquanto presidente entendia que toda a mais valia gerada devia reverter para a autarquia. Nessa ocasião disse: «*não me dá as obras, vai ver como é...*». Tendo antes referido que se fosse na vida privada esmurrava-me a cara, respondi que estávamos reunidos para dividir trabalho e não para tratar de negócios. Por outro lado outras atitudes tem tomado de falta de carácter no desvio do cumprimento de responsabilidades e outros propósitos políticos assumidos, que culminaram com a subscrição de participações ao Ministério Público do Tribunal Judicial de Caldas da Rainha, processos esses que culminaram no seu arquivamento. Todos estes procedimentos tiveram inevitavelmente de culminar na perda total de confiança política. A assunção de responsabilidades públicas não pode assentar numa

ACTA N.º 42/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.09.11

estratégia de esquemas ou pequenas chantagens. Não deixa de ser curioso que ao fazer esta declaração subordinada ao assunto reprovação do empréstimo, este senhor vereador tenha aprovado o próprio plano de actividades / orçamento, sendo certo que foram introduzidas alterações que ele sugeriu, mas a evidência dos factos há-de um dia fazer-nos dizer a verdadeira razão do vereador Amílcar Santos para votar a favor o orçamento e o plano de actividades. É que como eu já referi enquanto tiver vida e saúde é meu propósito denunciar todos quanto, pretendem de uma forma menos rigorosa desempenhar os cargos para que foram eleitos. Senhor vereador, tempo houve em que lhe sugeri e pedi para parar e pensar, porém a sua determinação em caminhar para o abismo não lhe permitiu ter bom senso, daí que inevitavelmente tenhamos de facto de retirar as respectivas conclusões e cá estaremos para o exercício daquilo que com justiça há-de acabar por se concluir.”-----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 22.10 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: